

CADERNO DO PROFESSOR



FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Presidente JOSÉ ROBERTO MARINHO

Secretário Geral HUGO BARRETO

Superintendente Executivo NELSON SAVIOLI

Gerente Geral de Patrimônio e Meio Ambiente SÍLVIA FINGUERUT

Gerente de Projetos LUCIA BASTO

Gerente de Educação, Implementação e Mobilização VILMA GUIMARÃES

Gerente de Implementação MARIA ELISA MOSTARDEIRO

Coordenação de Implementação Pedagógica RICARDO PONTES

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A

Diretor-Presidente JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Diretor de Planejamento, Engenharia e Construção DIMAS FABIANO TOLEDO

Diretor de Produção e Comercialização de Energia Elétrica FABIO MACHADO RESENDE

Diretor Financeiro JOSÉ ROBERTO CESARONI CURY

Diretor de Gestão Corporativa RODRIGO CAMPOS

Diretor de Relações Institucionais MARCOS GUIMARÃES DE CERQUEIRA LIMA

Superintendente da Coordenação de Responsabilidade Social GLEYSE MARIA COUTO PEITER

Assessora de Projetos e Ações Culturais MIRIAM DE AZEVEDO SÁ RÊGO

ELETRONORTE – CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

Diretor-Presidente ROBERTO GARCIA SALMERON

Diretor de Gestão Corporativa LOURIVAL DO CARMO DE FREITAS

Diretor Financeiro ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL

Diretor de Produção e Comercialização WADY CHARONE JÚNIOR

Diretor de Planejamento e Engenharia ADHEMAR PALOCCI

Diretor de Tecnologia MANOEL NAZARETH SANTANNA RIBEIRO

Superintendente de Comunicação Empresarial ISABEL CRISTINA MORAES FERREIRA

Gerente de Logística Administrativa DIJANE MARIA FREITAS DOS SANTOS

ELETROBRÁS – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS SA.

Presidente SILAS RONDEAU CAVALCANTE

Departamento de Relacionamento com a Sociedade ODETE MARIA DA CUNHA BALDUINO

Divisão de Patrocínio CRISTINA GARCEZ

INSTITUTO ANTONIO CARLOS JOBIM

Presidente PAULO HERMANNY JOBIM

Consultor ANTONIO ADOLFO MAURITY SABOYA

APOIO TÉCNICO

WWF-BRASIL

APOIO

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Governo do Estado do Acre, Governo do Estado do Amazonas, Governo do Estado de Goiás, Governo do Estado do Pará, Governo do Estado de Rondônia.

CADERNO DO PROFESSOR



RIO DE JANEIRO > ABRIL DE 2005



Ministério de
Minas e Energia

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS

Ministério do
Meio Ambiente



SUMÁRIO

| | | |
|-----------|---|------------|
| | CADERNO 1 | |
| 1 | TOM JOBIM | 10 |
| | POR QUE A AMAZÔNIA? | 12 |
| | POR QUE EDUCAÇÃO AMBIENTAL? | 15 |
| | O KIT TOM DA AMAZÔNIA | 20 |
| 2 | TRABALHANDO CONCEITOS | 24 |
| | AMBIENTE | 26 |
| | HISTÓRIA E CULTURA LOCAL | 30 |
| | IMPACTOS AMBIENTAIS | 34 |
| | DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 37 |
| | EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 41 |
| 3 | TRABALHANDO COM O KIT | 44 |
| | TRABALHANDO COM O TOM DA AMAZÔNIA | 46 |
| | TRABALHANDO COM PROJETOS | 52 |
| | TRABALHANDO COM OS PROGRAMAS | 54 |
| | TRABALHANDO COM O CADERNO DE MUSICALIZAÇÃO | 55 |
| | TRABALHANDO COM O CD DE MÚSICAS E ATIVIDADES MUSICAIS | 55 |
| | TRABALHANDO COM O CD-ROM E COM O RPG | 56 |
| | BIBLIOGRAFIA | 66 |
| | CADERNO 2 | |
| 1 | GEOGRAFIA | 6 |
| 2 | ÁGUAS DA AMAZÔNIA | 26 |
| 3 | ECOLOGIA DOS ECOSISTEMAS | 52 |
| 4 | HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA | 76 |
| 5 | CULTURA AMAZÔNICA | 104 |
| | CADERNO 3 | |
| 6 | POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS | 6 |
| 7 | AMAZÔNIA URBANA | 44 |
| 8 | DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 68 |
| 9 | ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS | 90 |
| 10 | ECONOMIA | 112 |

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES

TRADICIONAIS

6



AS LAGOAS E OS LAGOS AMAZÔNICOS são espelhos naturais da vaidosa Iaci, a lua. As cunhãs (índias) e as caboclas ao vê-la refletida sentiam toda a inspiração para o amor. Ficavam então no alto das colinas esperando pelo aparecimento da lua, e também na esperança de que com o contato de sua luz lhes chegasse o amor redentor e elas pudessem subir ao céu transformadas em estrelas. Um belo dia... uma linda cabocla, tomada pelo amor, resolveu que era chegada o momento de transformar-se em estrela. E com este intuito subiu até a mais alta colina, esperando poder tocar a lua Iaci. Mas... ao chegar no cume da colina viu a lua Iaci refletida na grande lagoa, e na ânsia de tocá-la a bela cabocla lançou-se às águas da lagoa e afundou sumindo nas águas... A lua Iaci, condoída com o infortúnio de tão bela jovem e não podendo satisfazer seu desejo de levá-la para o céu em forma de estrela, transformou-a na bela estrela das águas, a linda planta aquática que é a vitória-régia.



SINOPSE DO VÍDEO

Neste programa conheceremos um pouco do modo de vida dos Povos Indígenas e outras comunidades tradicionais. Em uma conversa com lideranças indígenas, no Centro de Formação dos Povos da Floresta da Comissão Pró-Índio, no Acre, aprendemos sobre o processo de organização dos índios da região para conquistar a demarcação das terras, do crescimento populacional das tribos em consequência da queda da taxa de mortalidade e sobre a história dos índios amazônicos: o Tempo das Malocas – a vida antes do contato; o Tempo das Correrias – quando eram perseguidos por seringueiros e caucheiros; o Tempo do Cativo – cativos dos débitos nos barracões dos patrões; e o Tempo da Funai (Fundação Nacional do Índio) – quando conquistaram o direito à terra.

O programa resgata a origem do preconceito contra os indígenas, referente à preguiça, e que remota ao tempo da escravidão nos aldeamentos missionários. Conta uma lenda dos Yanomâmi que alerta para a cobiça dos homens: um poder destruidor que se liberta contra aqueles que exploram as riquezas minerais.

Durante a era do Marquês de Pombal, os índios deixaram de ser escravos mas, na prática, continuaram vivendo como tais. O programa relembra os interesses que estavam por trás do incentivo à miscigenação, a necessidade de negar a origem, o abandono de costumes e línguas, as doenças que dizimaram tribos inteiras, o trabalho do Marechal Rondon e a fundação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

O historiador Marcus Vinícius Neves fala sobre o período militar, a Funai e a política de atração e pacificação desenvolvida pelos sertanistas, na década de 1970, o que trouxe uma nova dizimação em massa dos povos indígenas.

Muitos acreditavam que a extinção absoluta era inevitável, quando surgiu o movimento conhecido como Assembléias indígenas, que começou a mudar esta história. Dentro da Comissão Pró-Índio do Acre, nosso apresentador entrevista a coordenadora de educação Maria Luiza Pinedo Ochoa, que fala sobre os movimentos, as Assembléias e os diálogos com a Funai, o nascimento da Comissão, os trabalhos desenvolvidos por esta instituição e uma relação numérica dos povos indígenas que habitam a região amazônica.

O segundo bloco mostra como vivem os índios hoje em dia. A visita à aldeia dos Kaxinawá – maior população indígena

do Acre – revela um pouco dos seus costumes. A entrevista um índio Wayampi, na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, mostra o estrago feito em um igarapé pelos garimpeiros e como atualmente sua tribo explora os minerais sem a utilização do mercúrio.

O programa também nos leva a um projeto desenvolvido no território dos índios Deni, junto ao Greenpeace, um exemplo de parceria com instituições da sociedade civil que vem ajudando na melhoria da qualidade de vida das aldeias.

Para falar das comunidades tradicionais, nosso apresentador busca no tipiti o elo de ligação entre os povos da floresta, uma rede de influências culturais. O quilombo Curiaú em Macapá, no Amapá, é uma das comunidades que preservam suas tradições.

A lenda do boto é contada pelo nosso apresentador por ser a mais famosa entre as comunidades ribeirinhas, que vivem da pesca e do extrativismo. Os seringueiros são lembrados pelo pioneirismo na questão relacionada ao trabalho sustentável e preservação da floresta amazônica, na luta pelo desenvolvimento que respeite as tradições e as relações solidárias entre homem e natureza. Essas são as comunidades tradicionais comentadas no programa.

CONTEÚDOS DO VÍDEO

- > TEMPO DAS MALOCAS – ANTES DO CONTATO
- > ALDEAMENTOS MISSIONÁRIOS
- > TEMPO DA ESCRAVIDÃO
- > MISCIGENAÇÕES
- > A ERA DO MARQUÊS DE POMBAL
- > OS SERTANISTAS – POLÍTICA DE ATRAÇÃO E PACIFICAÇÃO
- > ANOS 1970 – DRÁSTICA REDUÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS
- > ASSEMBLÉIAS INDÍGENAS
- > CRESCIMENTO POPULACIONAL
- > ÍNDIOS ISOLADOS
- > POPULAÇÃO E MODO DE VIDA INDÍGENA ATUAL
- > REDE DE INFLUÊNCIAS CULTURAIS
- > QUILOMBOS
- > COMUNIDADES RIBEIRINHAS
- > SERINGUEIROS
- > DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



MERGULHANDO NO TEMA



Vamos conhecer um pouco sobre as populações que habitam a floresta amazônica: povos indígenas e comunidades tradicionais. Apesar de suas especificidades – entre ambas e internamente – suas histórias estão profundamente interligadas e mantêm uma constante rede de influências.

POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas são formados por diferentes sociedades e cada uma delas tem sua própria cosmovisão - formas particulares de explicar o surgimento do mundo, do homem, de conceber a natureza e com ela se relacionar.

Com frequência, os povos indígenas ainda são vistos por uma parte da sociedade brasileira – e em especial por aquelas populações com as quais convivem de forma mais direta nos municípios onde vivem e por grupos que têm interesses nos recursos naturais das terras indígenas – como “primitivos”, “selvagens”, “preguiçosos”, “donos de muita terra”, “obstáculo ao desenvolvimento”, “aculturados” etc.

De outro lado, vastos segmentos da população que vive nas principais metrópoles e nas zonas urbanas tendem a ver os povos indígenas com um olhar simpático, ressaltando sua ativa participação na constituição da origem multirracial da sociedade, reconhecendo a necessidade da atuação do governo federal na proteção de suas terras e na garantia do seu direito à diferença cultural e à participação dos frutos do desenvolvimento do país, bem como destacando o importante papel por eles desempenhado na preservação do meio ambiente, principalmente na Amazônia.

UM BREVE SOBREVÔO HISTÓRICO

POVOS ANTIGOS

Descobertas arqueológicas recentes demonstram que provavelmente as populações humanas que viviam na Amazônia antes da chegada dos europeus têm origens bem mais diversas do que a teoria anterior, determinada pela migração desde a Ásia, pelo estreito de Behring, durante a última glaciação.

Na imensidão da floresta, eles constituíam um mosaico diferente da dominância Tupi que se espalhava pelo litoral atlântico. No leste, próximo à foz dos grandes rios, povos de língua Jê disputavam espaço com os Tupi. Mais ao norte, os povos Karib traziam influências culturais das civilizações da América Central. A oeste, Arawas, Panos e Aruaks guardavam influências do império dos Andes. Espalhados na grande planície, na periferia dos impérios Inca e Maia que se formaram em terras montanhosas, eles viviam com fartura e liberdade.

Na região alagável das várzeas, terras com alta fertilidade natural, se estabeleceram grupos que chegavam a ter milhares de integrantes. Já nas terras firmes, pequenos grupos tribais se espalhavam e exploravam ao máximo a variedade dos recursos florestais.

Apesar das enormes distâncias entre as tribos, havia extensas redes de comércio e comunicação que interligavam os rios amazônicos, levando e trazendo notícias e produtos de áreas longínquas. Ocorriam, assim, trocas culturais com os outros centros civilizacionais dos Andes e da América Central.

ATENÇÃO

Os povos indígenas não devem ser vistos como meros remanescentes do passado, ou fadados a um inexorável desaparecimento, mas sim como atores políticos ativos do presente, com potencial para delinear seus próprios projetos de futuro.



PARA SABER MAIS

Para saber mais sobre o processo histórico da Amazônia, mergulhe no Capítulo 4, “História da Ocupação da Amazônia”, no Caderno 2.





AQUARELAS feitas pela expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, no século XVIII, retratam: índio Cambeba, índio com narigueira, índio Jurupixuna, índio Jurupixuna com zarabatana, índio Mura, índio Jurupixuna com manto de jaguar.

Quando os exploradores europeus chegaram à região, encontraram grupos familiares ou tribais com territórios definidos; e os relacionamentos entre esses grupos obedeciam não só às semelhanças étnicas e culturais, mas também às alianças que foram sendo estabelecidas ao longo do tempo. Os índios viviam um período chamado pelos pesquisadores de 'Cultura da Floresta Tropical': as aldeias compostas por grandes malocas coletivas e os povos viviam do que lhes dava a floresta e do cultivo de raízes e tubérculos – especialmente a mandioca –, realizando grandes festas por ocasião da colheita ou de ritos de passagem. Estes ritos estabeleciam um sutil equilíbrio econômico, ecológico e social na região.

ALDEAMENTOS MISSIONÁRIOS

Mais do que as fortificações e as campanhas militares foram os padres católicos, especialmente jesuítas e carmelitas, que fizeram a colonização portuguesa avançar Amazônia adentro. Subindo o grande rio, eles foram estabelecendo missões, agrupando e catequizando as tribos.

Os povos nativos amazônicos ficaram sujeitos aos soldados e colonizadores portugueses, que capturavam aldeias inteiras para escravizá-los. Houve, ainda, o "descimento" de populações indígenas com o objetivo de que fossem reunidos e "reduzidos" nas missões, onde eram submetidos ao uso obrigatório de roupas, à proibição de seus rituais tradicionais, e ao trabalho compulsório, cedendo à imposição dos princípios da fé cristã.

A disputa pela mão-de-obra indígena causava conflitos entre os jesuítas e os colonizadores, aumentando a pressão exercida sobre as populações. Calcula-se que, em 1740, havia cerca de 50 mil índios vivendo em aldeias formadas por jesuítas e franciscanos.

O inevitável resultado desse processo foi a redução maciça da população indígena amazônica. Já no final do século XVII, a margem do grande rio, antes densamente ocupada, estava despovoada e



mesmo nos rios tributários menores era difícil encontrar grupos indígenas. A maioria desses povos havia sido dizimada pelas doenças trazidas pelos brancos, pela escravidão imposta pelo colonizador ou pela ação dos jesuítas.

"DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS"

A promulgação deste diretório, em 1755, realizada pelo Marquês de Pombal, teve como desdobramento a expulsão dos jesuítas e a dissolução dos aldeamentos. As antigas missões foram transformadas em vilas, que, ocupadas por colonos, tornaram-se fazendas, sendo ponto de partida para a exploração de amplas áreas de floresta visando um conjunto de produtos extrativistas, as chamadas "drogas do sertão".

Com a promulgação da Lei da Terra, em 1850, e a concessão de sesmarias a grandes proprietários, as fazendas, e depois os seringais, vieram a constituir as principais formas de ocupação territorial na Amazônia. As famílias indígenas foram muitas vezes obrigadas a negar seu pertencimento étnico, a deixar de praticar em público seus costumes e a falar suas línguas, além de adotar identidades genéricas (caboclos, tapuios ou mestiços), como estratégias para permanecer em seus locais de moradia e evitar a sobre-exploração de seu trabalho nas fazendas e o preconceito dos proprietários de terras, das autoridades civis e do restante da população local.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI)

A partir de 1910, o governo federal iniciou a implementação da política indigenista, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Face às pressões exercidas pelas frentes pioneiras de expansão sobre os territórios indígenas, o SPI procurou garantir a integridade física e os direitos territoriais de certos povos, através da criação de pequenas áreas de reserva.

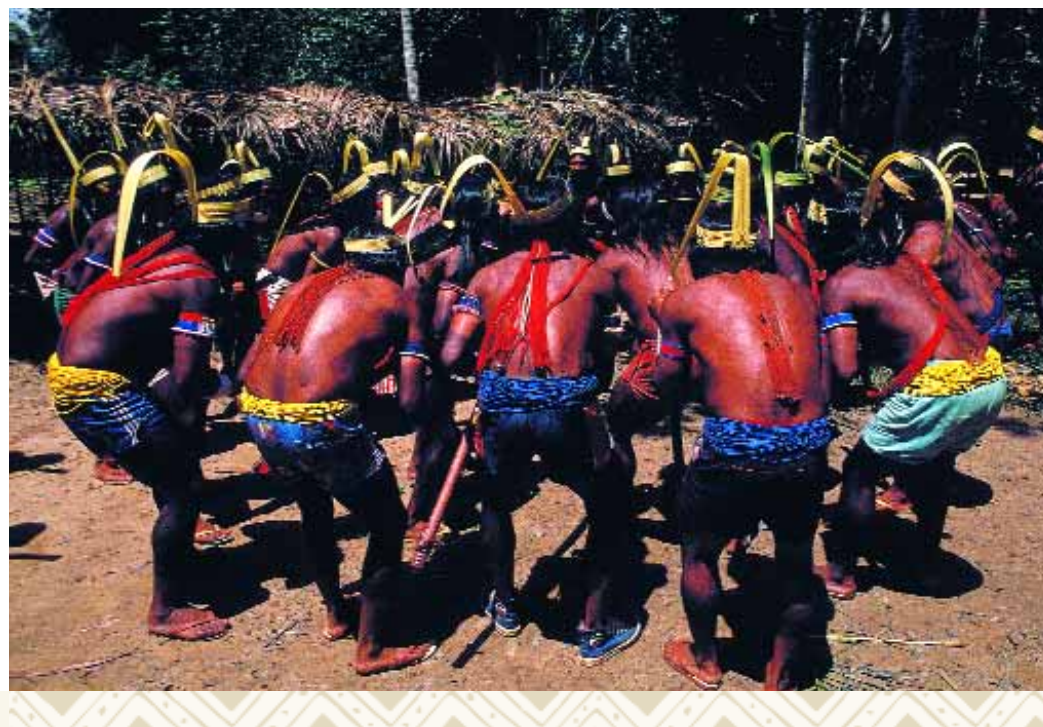
Porém, ao mesmo tempo, esta política teve como resultado a liberação das terras circunvizinhas, para a implantação de atividades econômicas de particulares, contribuindo, assim, para a consolidação de um mercado de terras e da propriedade privada de vastas áreas da fronteira econômica.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)

Em 1967, a Funai substituiu o SPI, adotando uma prática menos reducionista em relação à extensão das terras indígenas demarcadas. Esta nova política – inspirada na experiência de criação do Parque Indígena do Xingu, na década de 1960, e no Estatuto do Índio, Lei nº 6.001, de 1973 – incorporava a idéia da integração do índio à sociedade nacional mediante a preservação de sua condição camponesa.

A Funai manteve e ampliou a extensa malha administrativa que era gerenciada de forma centralizada a partir da sede do órgão, ramificando-se por estados, municípios e as terras indígenas. Na base desta malha, os funcionários dos postos indígenas e das administrações regionais, índios em sua maioria, mantinham redes de clientela, com poder de indicar os “capitães” nas aldeias, de administrar os lucros advindos da gestão do “patrimônio indígena”, bem como de gerenciar, atendendo a interesses próprios, as demandas dos diferentes povos em relação a seus territórios e aos serviços assistenciais oferecidos pelo órgão.

Até final dos anos 1980, mesmo com o início do processo de democratização, a política indigenista continuou controlada por militares, que ocupavam os principais cargos de direção na Funai. Dentre outras práticas, acusa-se o órgão de favorecimento a empreendimentos de exploração mineira e madeireira nos territórios indígenas.



CERIMÔNIA representativa da cultura dos índios Kaiapós/PA

Na Amazônia, este panorama começou a mudar com o surgimento de movimentos indígenas em vários estados da região, culminando na promulgação da Constituição Federal, em 1988, e na progressiva incorporação do componente ambiental nas políticas públicas e programas de desenvolvimento para a região.

QUEM SÃO OS POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

Ocupando todos os ecossistemas que compõem a região amazônica, os povos indígenas apresentam rica diversidade na organização sociopolítica, na apropriação territorial, no conhecimento, manejo e utilização dos recursos naturais, fruto de suas próprias tradições culturais, bem como das transformações e atualizações ocorridas no processo de inter-relação com diferentes grupos da sociedade nacional.

COMO IDENTIFICAR UM POVO INDÍGENA?

Depois de tantos inter-relacionamentos, a questão da identidade indígena vem sendo debatida em vários países. No Brasil, uma conceituação, que resulta de estudos fundamentados realizados nas últimas décadas por antropólogos, juristas e outros especialistas do assunto, embasa hoje a legislação e as práticas administrativas do governo brasileiro. Esta concebe os povos indígenas como “coletividades que se distinguem entre si e no conjunto da sociedade em virtude de seus vínculos históricos com populações de origem pré-colombiana”. Esta definição permite também que sejam contemplados e entendidos as chamadas ‘identidades emergentes’ – novas reivindicações da condição indígena. Após histórias diferenciadas de contato e convivência com diferentes setores da sociedade nacional, quando passaram por grandes redefinições organizacionais, territoriais, políticas e culturais, cada povo indígena continua a atualizar constantemente sua autodefinição identitária, bem como suas formas de vida coletiva.

LÍNGUAS INDÍGENAS

As informações sobre a quantidade de etnias e línguas indígenas, tanto no “tempo das malocas” quanto atualmente, são aproximadas. Acredita-se que, no Brasil, antes da chegada do explorador europeu, existiam cerca de 5 milhões de índios, divididos em mais de 700 mil etnias e 718 línguas.

Quinhentos anos depois, os registros do Instituto Socioambiental (ISA) apontam a existência de 220 povos indígenas, falantes de 180 línguas. Destes, 173 vivem em estados da Amazônia Legal: 53 no Amazonas, 29 no Pará, 27 em Rondônia, 14 no Acre, dez em Roraima, sete no Tocantins, cinco no Amapá e mais os do Mato Grosso e parte do Maranhão. Esses números divergem um pouco entre as instituições e organizações envolvidas com a questão indígena, mas os citados nos permitem ter uma idéia quantitativa atual e um parâmetro de comparação com os números estimados, relativos há 500 anos.

A língua Tupinambá era a mais falada nas costas brasileiras e influenciou o nosso português. Essas influências ocorreram também entre as diferentes línguas indígenas.

Uma forma utilizada para a classificação das línguas é a divisão em **troncos e famílias**.

FIQUE POR DENTRO

Este termo ‘povos indígenas’ foi criado pelos europeus, que chegaram na América, acreditando estarem nas Índias. Apesar do erro histórico, o uso contínuo desta expressão até mesmo pelos índios, passou a designar os povos nativos das Américas. Outro termo utilizado é ‘ameríndio’.



“tempo das malocas”

Expressão utilizada pelos índios do Acre e do sudeste da Amazônia para se referirem ao tempo em que viviam comunitariamente – em grandes malocas, ou habitações coletivas. Hoje, nesta região cada família vive em uma casa.



Troncos e famílias

Para compreender a classificação lingüística em troncos e famílias, usamos a metáfora de uma árvore: as línguas seriam as folhas; as famílias, formadas por línguas similares, seriam os galhos, e o tronco é a base comum que origina todas as famílias.



| TRONCO COMUM | PROTO - TUPI | | |
|--------------|--------------|--------|-------------|
| FAMÍLIAS | Tupi-guarani | Juruna | Mondé |
| LÍNGUAS | NHEENGATÚ | JURUNA | CINTA LARGA |
| | GUARANI | XIPÁYA | GAVIÃO |
| | KAMAYURÁ | | MONDÉ |
| | | | SURUÍ |
| | | | ZORÓ |

Fonte: *História Indígena*, de Joaquim Paulo Maná Kaxinawá. Acre: Comissão Pró-Índio do Acre, 1995-, P. 60.

POPULAÇÃO INDÍGENA

A partir de meados de 1970, pela primeira vez desde o Descobrimento, vem ocorrendo um gradual, mas significativo, crescimento da população indígena no Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) introduziu pela primeira vez no Censo Demográfico de 1991 a categoria “indígena” como alternativa para a classificação “cor e raça”. O resultado indicou a existência de 294.135 índios, dos quais pouco mais de 140 mil vivendo na Amazônia.

No último censo nacional (2000) do IBGE, para surpresa geral, 734.127 brasileiros se auto-identificaram como “indígenas” ao responderem à questão relativa à cor de pele, representando 0,4% da população brasileira e 1,6% da população da região Norte, perfazendo um total de 241.016 índios.

Estes dados contrastam com recenseamentos da população indígena da Amazônia Legal produzidos à época e nos últimos anos por outros órgãos oficiais, bem como por organizações da sociedade civil, que levavam em conta apenas a população indígena residente em terras indígenas. Em setembro de 2003, o ISA estimava este número em cerca de 370 mil índios.

Essas diferenças estatísticas podem ser explicadas por alguns fatores. Ainda que com lacunas e limitações, os dados do IBGE passaram a contemplar parte do considerável contingente populacional indígena urbano. Para o país, o Censo discrimina uma população indígena urbana de 383.298 pessoas e aldeada de 350.829.

Outro fator é a afirmação positiva da identidade indígena por parte de populações que antes não se assumia como indígena ou não era reconhecida enquanto tal, e que, em parte, foi registrada pelo último Censo. Esta afirmação positiva (muitas vezes expressa em uma identidade indígena genérica) tem servido para que estas pessoas assegurem o reconhecimento oficial de seus territórios, seus direitos à documentação e serviços assistenciais oferecidos por órgãos dos vários níveis de governo. Outros fatores que contribuíram para o aumento da população indígena foram o crescente acesso a serviços básicos de saúde, a partir da implementação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), e o próprio avanço do processo de reconhecimento oficial de terras indígenas na última década (concentrado especialmente na região amazônica).



CRIANÇAS indígenas da tribo Parakanã/PA

ÍNDIOS ISOLADOS

O Departamento de Índios Isolados da Funai mantém “frentes de proteção etnoambiental” para proteger e fiscalizar os territórios, evitando a aproximação e o uso dos recursos naturais pela população regional e outros grupos indígenas.

Um segmento da população indígena não contabilizada em qualquer recenseamento é o dos povos tidos como “isolados”. São populações que evitam manter contato sistemático com grupos indígenas e de brancos vizinhos.

Desde 1987 vem havendo mudanças na política da Funai em relação a estes povos. Foi abandonada a política vigente por quase oito décadas, que priorizava a “atração” e a “pacificação”, as quais resultaram, em muitos casos, em baixas populacionais e problemas socioculturais, com a introdução de doenças, deslocamentos forçados, a sedentarização e a mudança significativa de hábitos de subsistência e de alimentação.

Segundo dados do ISA, atualmente há registros de 42 destes povos no Brasil, sendo 32 encontrados em estados da Amazônia: sete em Terras Indígenas exclusivamente destinadas à sua proteção pelo governo federal, 14 em terras compartilhadas com outros povos indígenas, e 11 em locais ainda não oficialmente reconhecidos como terras indígenas.

POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL

| Nome | Família/lingua | UF (Brasil) Países Limitrofes | Nome | Família/lingua | UF (Brasil) Países Limitrofes |
|----------------------|--------------------------------|-------------------------------|------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| Aikanã | Aikanã | RO | Kulina Pano. | Pano | AM |
| Ajuru | Tupari | RO | Kuripako. | Aruak | AM/Colômbia |
| Akuntsu | | RO | Kuruaya. | Munduruku | PA |
| Amanayé | Tupi-Guarani | PA | Kwazá. | Kwazá | RO |
| Amondawa | Tupi-Guarani | RO | Machineri. | Aruak | AC |
| Anambé | Tupi-Guarani | PA | Macurap. | Tupari | RO |
| Aparai (3) | Karib | PA | Maku | Maku | AM/Colômbia |
| Apiaká | Tupi-Guarani | MT | Makuna. | Tukano | AM/Colômbia |
| Apinajé | Jê | TO | Makuxi. | Karib | RR/Guiana |
| Apolima Arara | Português | AC | Marubo. | Pano | AM |
| Apurinã | Aruák | AM | Matipu. | Karib | MT |
| Arapaso | Tukano | AM | Matis. | Pano | AM |
| Arara | Karib | PA | Matsé. | Pano | AM/Peru |
| Arara | Pano | AC | Mehinako. | Aruak | MT |
| Arara do Aripuanã | | MT | Menki. | Iranxe | MT |
| Araweté | Tupi-Guarani | PA | Miranha. | Bora | AM/Colômbia |
| Arikapu | Jaboti | RO | Mirity-Tapuya. | Tukano | AM |
| Aruá | Mondé | RO | Munduruku. | Munduruku | PA |
| Ashaninka | | AC (Peru) | Mura. | Mura | AM |
| Asurini do Tocantins | Tupi-Guarani | PA | Nahukuá. | Karib | MT |
| Asurini do Xingu | Tupi-Guarani | PA | Nambikwara | Nambikwara | MT/RO |
| Avá-Canoeiro | Tupi-Guarani | TO/GO | Naruvoto. | Karib | MT |
| Aweti | Aweti | MT | Náua. | Português | AC |
| Bakairi | Karib | MT | Nukini. | Pano | AC |
| Banawá | Arawá | AM | Oro Win. | Txapakura | RO |
| Baniwa | Aruak | AM/Colômbia/Venezuela | Paiter. | Mondé | RO |
| Bará | Tukano | AM/Colômbia | Pakaa Nova. | Txapakurat | RO |
| Barasana | Tukano | AM/Colômbia | Palikur. | Aruak | AP/Guiana Francesa |
| Baré | Nheengatu | AM/Venezuela | Jê | | MT/PA |
| Bororo | Bororo | MT | Parakanã. | Tupi Guarani | PA |
| Chiquitano | Chiquito | MT/Bolívia | Pareci. | Aruak | MT |
| Cinta Larga | Tupi Mondé | RO/MT | Parintintin. | Tupi-Guarani | AM |
| Deni | Arawá | AM | Patamona. | Karib | RR/Guiana |
| Desana | Tukano | AM/Colômbia | Paumari. | Arawá | AM |
| Enawenê-Nawê | Aruák | MT | Pirahã. | Mura | AM |
| Ewarhuyana | | PA | Pira-tapuya. | Tukano | AM/Colômbia |
| Galibi | Karib (língua creoula, patois) | AP/Guiana Francesa | Poyanawa. | Pano | AC |
| Galibi Marworno | Kheul (língua creoula, patois) | AP | Rikbaktsa. | Rikbaktsa | MT |
| Gavião | Mondé | RO | Sakurabiat. | Tupari | RO |
| Gavião | Timbira Oriental | PA | Sateré-Mawé. | Mawé | AM/PA |
| Gavião | Jê | MA | Shanenawa. | Pano | AC |
| Guajá | Tupi-Guarani | MA | Siriano. | Tukano | AM/Colômbia |
| Guajajara | Tupi-Guarani | MA | Suruí. | Tupi-Guarani | PA |
| Zoró | Mondé | MT | Suyá. | Jê | MT |
| Hyskariana | | PA/RR | Tapayuna. | Jê | MT |
| Ikpeng | Karib | MT | Tapirapé. | Tupi-Guarani | MT |
| Ingarikó | Karib | RR/Guiana/Venezuela | Tariana. | Aruak | AM/Colômbia |
| Iranxe | Iranxe | MT | Taurepang. | Karib | RR/Venezuela |
| Jabuti | Jaboti | RO | Tembé. | Tupi-Guarani | PA/MA |
| Jamamadi | Arawá | AM | Tenharim. | Kagwahiva, da família Tupi-Guarani | AM |
| Jarawara | Arawá | AM | Ticuna. | Ticuna | AM/Peru/Colômbia |
| Javaé | Karajá | TO | Tirivó | Karib | PA/Suriname |
| Jiahui | Tupi-Guarani | AM | Torá. | Txapakura | AM |
| Juma | Tupi-Guarani | AM | Trumai. | Trumai | MT |
| Kaapor | Tupi-Guarani | MA | Tsohom Djapá. | Katukina | AM |
| Kaiabi | Tupi-Guarani | MT/PA | Tukano. | Tukano | AM/Colômbia |
| Zuruahã | Arawá | AM | Tupari. | Tupari | RO |
| Kaixana | Português | AM | Turiwara. | Tupi-Guarani | PA |
| Kalapalo | Karib | MT | Tuyuka. | Tukano | AM/Colômbia |
| Kamaiurá | Tupi-Guarani | MT | Umutina. | Bororo | MT |
| Kambeba | Tupi-Guarani | AM | Uru-Eu-Wau-Wau. | Tupi-Guarani | RO |
| Kanamari | Katukina | AM | Wai-Wai | Karib | RR/AM/PA/Guiana |
| Kanela Apaniekra | Jê | MA | Waimiri-Atroari. | Karib | RR/AM |
| Kanela Rankamekra | Jê | MA | Wajãpi. | Wajãpi, da família Tupi-Guarani | AP/Guiana Francesa |
| Kanoê | Kanoê | RO | Wanana. | Tukano | AM/Colômbia |
| Karajá | Karajá | MT/TO/PA | Wapixana. | Aruak | RR/Guiana |
| Karapanã. | Tukano | AM/Colômbia | Warekena. | Aruak | AM/Venezuela |
| Karipuna. | Tupi-Guarani | RO | Wauja. | Aruak | MT |
| Karipuna do Amapá. | Creoulo Francês | AP | Wayana.(3) | Karib | PA/Suriname/Guiana Francesa |
| Karitiana. | Arikem | RO | Witoto. | Witoto | AM/Colômbia/Peru |
| Katukina. | Katukina | AM | Xambioá. | Karajá | TO |
| Katukina. | Pano | AC/AM | Xavante. | Jê | MT |
| Katxuyana. | Karib | PA | Xerente. | Jê | TO |
| Kaxarari. | Pano | AM/RO | Xikrin. | Kayapó, da família Jê | PA |
| Kaxinawá. | Pano | AC/Peru | Xipaya. | Juruna | PA |
| Kayapó | Jê | MT/PA | Yaminawa. | Pano | AC/Peru/Bolívia |
| Kocama. | Tupi-Guarani | AM/Peru/Colômbia | Yanomami | Yanomami | RR/AM/Venezuela |
| Korubo. | Pano | AM | Yawalapiti. | Aruak | MT |
| Krahô. | Timbira oriental | TO | Yawanawá. | Pano | AC |
| Krikati. | Jê | MA | Yekuana. | Karib | RR/Venezuela |
| Kubeo. | Tukano | AM/Colômbia | Yudjá. | Juruna | PA/MT |
| Kuikuro. | Carib | MT | Zo'é. | Tupi-Guarani | PA |
| Kujubim. | Txapakura | RO | | | |
| Kulina Madihá. | Arawá | AC/AM/Peru | | | |

Fonte: Instituto Socioambiental, 2003. Informações gerais sobre os 220 povos no Brasil contemporâneo
 Obs: 1- Os números desta listagem são aproximados, devido aos muitos problemas de censo, principalmente nos casos das etnias que se encontram espalhadas em várias terras, cujos censos foram feitos em épocas e por instituições diferentes. 2 - Os povos Guarani, Kayapó, Maku, Nambikwara, Tiriyo, Waiwai e Yanomami foram contabilizados em bloco, apesar da diversidade interna de cada um.

TERRAS INDÍGENAS (TIs)

Há, hoje, no Brasil, 618 TIs, algumas plenamente regularizadas, outras em diferentes etapas do processo de regularização e outras pretendidas pelos índios mas ainda sem providência legal. Estas terras ocupam extensão agregada de pouco mais de 105 milhões de hectares, ou 12,4% do território nacional. A maior parte destas terras está situada na Amazônia Legal. Segundo o ISA, atualmente são 401 TIs na região, com extensão total de pouco mais de 104 milhões de hectares, que representam 20,8% da região e 98,7% da extensão total das terras indígenas do país.

COMO VIVEM OS ÍNDIOS DA AMAZÔNIA

SAÚDE

Antes do encontro com os europeus, os índios podiam curar seus males por meio dos remédios extraídos da mata. Porém, com a introdução de doenças desconhecidas dos pajés, o índice de mortalidade foi enorme. Atualmente, apesar de continuarem a praticar seus rituais de cura, os grupos indígenas contam também com os remédios e o sistema de saúde dos homens brancos.

Na década de 1990, o planejamento e as ações referentes à saúde indígena passaram a ser atribuição da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), agência do Ministério da Saúde. O subsistema de saúde indígena, parte do Sistema Único de Saúde, foi implementado pela Funasa a partir de 1999, com a criação de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).



ÍNDIOS PALIKUR da aldeia Kumenê localizados no extremo norte do Amapá.



UMA CRIANÇA da tribo Parakanã/PA e uma escola indígena da tribo Waimiri Atoari/RR.

Nas aldeias, o atendimento é responsabilidade dos agentes de saúde indígenas, já formados ou em processos de capacitação, com o apoio e serviços esporádicos de equipes de médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e dentistas contratados. Em municípios de referência foram montados pólos-base, onde a equipe de profissionais permanece por mais tempo e os doentes vindos das aldeias recebem atendimento, inclusive nos hospitais locais. Em casos de doenças mais graves, os pacientes são encaminhados à sede do distrito, onde se hospedam nas Casas de Saúde Indígena e são tratados nos hospitais da rede pública. Cada DSEI conta com um Conselho Distrital, formado por representantes de órgãos públicos, organizações indígenas por e indigenistas das comunidades locais, constituindo uma instância de controle social na qual são discutidas e planejadas as ações a serem implementadas, bem como avaliados os resultados dessas ações.

Entre avanços e retrocessos, observa-se a diminuição dos índices de mortalidade e morbidade entre os povos indígenas da Amazônia em função da realização de campanhas de vacinação sistemáticas e da redução do número de casos de malária, tuberculose, hepatite e outras doenças endêmicas.

EDUCAÇÃO

Desde a primeira metade dos anos 1980, tiveram início em diferentes estados da Amazônia trabalhos coordenados por organizações da sociedade civil, visando a formação continuada de professores bilíngües, a estruturação de escolas nas aldeias, a realização de ações de valorização das línguas nativas e de fortalecimento e resgate cultural. Esses trabalhos nasceram de processos de mobilização de vários povos indígenas para o reconhecimento de suas identidades étnicas, a conquista de seus direitos e a regularização de suas terras.

Estas experiências contaram com a participação de universidades na prestação de assessoria às práticas dos docentes indígenas, na produção de materiais didáticos, na elaboração de programas pedagógicos e grades curriculares e na abertura de canais de diálogo com a Funai e outros órgãos, visando o reconhecimento profissional e a contratação dos professores formados.

A Constituição Federal de 1988 representou um novo fundamento jurídico em relação à educação escolar indígena, que passou a ser diferenciada, específica, intercultural e bilíngüe. Este marco significou uma ruptura em relação ao lugar que a escola desempenhara, por quase cinco séculos, na catequização missionária e nos projetos civilizatórios de homogeneização cultural.

Em 1991, as atribuições em relação à educação escolar indígena foram transferidas da Funai para o Ministério da Educação (MEC), a cargo das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

No âmbito do MEC, com ampla participação de organizações da sociedade civil, universidades e representantes dos povos indígenas, foram elaborados documentos como as *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena* (1993), o *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* (RCNEI, 1998) e os *Referenciais para a Formação de Professores Indígenas* (2002), que vieram subsidiar a implementação, a partir de 2002, do Programa *Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena*.

CULTURA

A tendência de se referir a uma única cultura indígena e não à variedade cultural indígena é explicável devido a algumas características comuns e que certamente diferem da cultura herdada dos europeus. Contudo, um olhar mais curioso e observador revela a diversidade dos povos indígenas.

Diante de tal riqueza, podemos apontar apenas alguns exemplos¹ destas diferentes formas de organização habitacional, artística e de relacionamentos com as entidades divinas e o meio ambiente.



ÍNDIAS da tribo Waimiri Atoari fazendo tecelagem.

¹Exemplos pesquisados no site do Instituto Sócioambiental | www.institutosocioambiental.org.br

PARA SABER MAIS

Para saber um pouco mais sobre cultura indígena, mergulhe no Capítulo 5, "Cultura Amazônica", Caderno 2.

> Habitações

A forma de organizar as tribos e os materiais empregados nas construções varia muito. Os Panara, habitantes da região fronteira entre Mato Grosso e Pará, organizam suas vilas de forma circular e, no espaço central, localiza-se a Casa dos Homens, onde são realizados os encontros políticos e os rituais. Nas aldeias do Krahô (TO) as casas formam uma larga via circular e de cada casa sai um caminho em direção ao pátio central. Já os Yanomâmi costumam viver em grandes malocas que reúnem várias famílias.

> Artes

As produções artísticas dos povos indígenas – artesanal, plástica, sonora e corporal – encantam a todos que entram em contato com elas.

O processo de produção exige um conhecimento dos materiais e das diferentes formas de manipulação. Cada povo tem a sua expressão artística própria. Os materiais variam entre pigmentos, plumas, fibras vegetais, argila, madeira, pedra e outros. As produções, tanto para uso cotidiano como ritualístico, refletem as diferentes maneiras de conceber, compreender e refletir sobre o mundo sempre do ponto de vista coletivo e não individual, como acontece em outras culturas.

> Cerimônias Sagradas

A prática de rituais está presente na vida cotidiana de todos os povos indígenas, mas cada um tem seus ritos com suas danças, cantos e máscaras.



HABITAÇÃO característica da tribo Krahô-Kanela em Tocantins.



RITUAL sagrado dos índios Enawenê Nawê/MT.

Os ritos podem ser de iniciação de pajés, de luta, de passagem, de reverência aos mortos. As festas normalmente são momentos em que toda a tribo participa, se enfeitando, dançando, cantando e produzindo bebidas e comidas relacionadas ao ritual.

> Meio ambiente

Cada povo indígena tem sua concepção da natureza. Mas todos têm em comum duas premissas básicas que norteiam o relacionamento do índio com o seu meio natural. As premissas são:

> a consciência da interação entre homem e natureza. Toda relação pressupõe uma interferência equilibrada entre as partes. Os índios não são defensores, como muitos acham, de que a natureza é intocável; sua forma de interferir (caça, colheita e extrativismo) é que demonstra a noção do delicado equilíbrio dos ecossistemas.

> a consideração que tudo que está na natureza tem uma origem mítica e é portador de espíritos. É da relação estabelecida com esses espíritos que depende a sobrevivência dos homens. O diferencial entre os povos está nas histórias distintas da origem desses espíritos – suas lendas, denominações e rituais a eles dedicados.

> Tradição

Os saberes culturais de cada povo indígena são repassados para as futuras gerações por meio de narrativas orais realizadas pelos mais velhos das tribos e pelos desenhos feitos nos objetos e nos corpos, eles mesmos já uma história. Os índios mais velhos são respeitados por serem detentores de saberes.

Atualmente, outras formas de registro estão sendo utilizadas. Os professores indígenas registram em papel as histórias contadas pelos mais velhos. Fotos e filmagens também estão documentando as diferentes tradições dos povos indígenas.

OS ÍNDIOS E A VIDA POLÍTICA

Nos últimos 20 anos houve profundas modificações, sobretudo relacionadas ao processo de redemocratização política do país: a promulgação da Constituição Federal em 1988, a redefinição institucional das políticas públicas para os povos indígenas e as alternativas geradas por recursos financeiros de cooperação internacional e agências multilaterais visando o desenvolvimento sustentável e a conservação da floresta amazônica.

MARCOS JURÍDICOS

A Constituição de 1988 agregou duas modificações de extrema relevância para a questão indígena: o reconhecimento do direito à diferença, que se contrapõe à **prática assimilacionista** defendida pelo Estatuto do Índio de 1976, e o direito dos indígenas à terra, por serem reconhecidos como donos originários.

“São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. Parágrafo 1º do artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

Prática Assimilacionista

A prática assimilacionista considerava os índios como uma categoria social transitória predestinada ao desaparecimento.



REGISTRO de uma manifestação indígena no Planalto

ORGANIZAÇÃO INDÍGENA

A promulgação da Constituição Federal, que possibilitou acessar diretamente os recursos da cooperação internacional e a implementação de programas do **PP-G7**, estimulou, nos anos 1990, o surgimento de várias organizações indígenas na Amazônia.

Com estas organizações, mais povos indígenas passaram a exercer sua própria representação política e a participar da implementação de políticas públicas e de projetos próprios, com finalidades diversas.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Para que os direitos reconhecidos pela Constituição fossem respeitados na prática, era preciso modificar a legislação ordinária e incluir novos temas no debate jurídico relativo aos índios. A partir de 1991, foram apresentados projetos de lei com o objetivo de modernizar a velha legislação. As organizações indígenas exerceram um papel fundamental neste processo.

ÍNDIOS ELEITOS

As eleições municipais de 2000 contaram com uma participação de candidatos indígenas inédita na história do Brasil. Houve 342 candidaturas indígenas, de 88 povos, em 21 estados, sendo 87 eleitos – representando 37 povos em 15 estados.

Nas eleições de 2002, houve, no país, um total de três candidatos a deputado federal e outros 19 indígenas concorreram à vaga de deputado estadual, mas nenhum conseguiu se eleger.

Na última eleição (2004) a Funai considerou o número de índios eleitos um “marco histórico”. No estado do Amazonas, pela primeira vez, um município, Barreirinhas, terá um prefeito indígena: Marcio Batista, da tribo Sateré-Mawé.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

Alguns historiadores costumam explicar a história da Amazônia com base nas diferentes frentes de expansão que para lá se dirigiram, os movimentos populacionais que desencadearam e os interesses que os motivaram:

- > Primeiramente, houve a demanda por especiarias (drogas do sertão), logo após o “Descobrimiento”, resultando em diversas sociedades indígenas eliminadas ou escravizadas.
- > Na segunda metade do século XVIII, chegaram os africanos para suprir a carência de mão-de-obra.
- > No final do século XIX, a exploração da borracha nativa levou mais de 300 mil migrantes pobres do Nordeste para a região, atraídos pela valorização deste produto.
- > Com a queda da economia da borracha nativa em decorrência da introdução no mercado da produção de cultivo – ocorrida nas primeiras décadas do século XX – passou-se à exploração de outros produtos, como a castanha, as peles, a madeira.
- > Durante a Segunda Guerra Mundial, novamente os trabalhadores nordestinos foram mobilizados para produzir borracha, com nova leva migratória para a Amazônia.
- > Nas últimas décadas do século XX, migrantes do sul do país, pequenos agricultores e empresas agropecuárias adquiriram terras ou foram assentados em projetos de colonização.

PP-G7

A II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92), alertou para a necessidade da sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento econômico e para a importância da Amazônia para o planeta. O governo brasileiro assinou o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7), financiado com recursos dos governos dos sete países mais ricos do mundo, de bancos multilaterais e da cooperação internacional.



PARA SABER MAIS

Para saber mais sobre este assunto, mergulhe nos Capítulos 5, "Cultura Amazônica" no Caderno 2, e 7, "Amazônia Urbana", neste caderno.

> Mas o que aconteceu entre um período e outro, enquanto uma frente perdeu seu dinamismo econômico e outra ainda não começou?

> Quando uma atividade econômica deixa de ter importância, para onde vão as pessoas que viviam dela?

Na Região Amazônica, dadas as características políticas do momento e da leva de migrantes, dois fenômenos ocorreram:

URBANIZAÇÃO Quando as pessoas foram para as cidades mais próximas em busca de outros meios de vida. Assim, muitas cidades cresceram após as duas guerras mundiais.

ADAPTAÇÃO Quando as pessoas permaneceram onde estavam e sobreviveram com um nível maior de autonomia frente ao mercado, adaptando-se ao meio e retirando dele quase todo o necessário à sobrevivência.

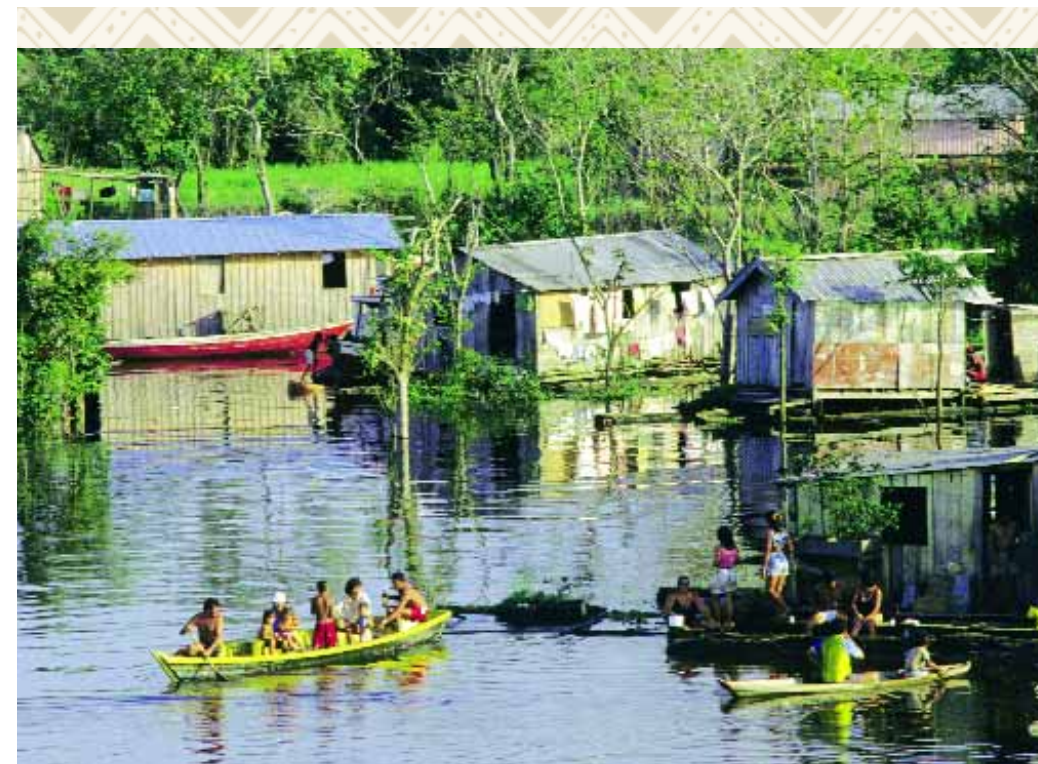
Após cada frente de expansão, a maior parte das pessoas que havia se dirigido para a Amazônia permaneceu na região. A cada geração, seus componentes foram desenvolvendo formas próprias de obter a subsistência a partir dos recursos disponíveis e de organizar a vida social, criando culturas próprias. São essas comunidades que denominamos de tradicionais.

O QUE SÃO AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Há várias formas de descrevê-las. Na maior parte dos casos, estas comunidades se autodenominam segundo a atividade econômica que exercem. Por exemplo: os seringueiros coletam o látex; os castanheiros, a castanha; as quebradeiras de coco babaçu, o coco, e assim por diante.



EXTRAÇÃO DE LÁTEX por um seringueiro, representante de comunidades tradicionais da Amazônia.



COMUNIDADE RIBEIRINHA
extrativista de Manaus/AM.

São, portanto, comunidades que obtêm a subsistência extraindo matéria-prima e, por isso, são denominadas extrativistas. O extrativismo é um sistema econômico baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis. Os habitantes das margens dos rios são conhecidos como ribeirinhos, pois vivem da pesca e do extrativismo.

Vindas de outras regiões do país, essas populações tiveram que aprender a viver na floresta e a utilizar seus recursos naturais. A caça, a pesca, a pequena agricultura de subsistência feita no meio da floresta, a fabricação artesanal de farinha de mandioca, a confecção de cestos e a utilização de plantas para fins medicinais, características da cultura indígena, foram sendo incorporadas, a seu modo, à vida das comunidades tradicionais.

Embora tenham existido comunidades tradicionais desde as primeiras migrações para a Amazônia, só recentemente foram assim reconhecidas e passaram a ser incluídas nos planos de desenvolvimento para a região. Havia uma atitude depreciativa a respeito destas comunidades, pelo fato de as mesmas viverem do extrativismo, como se, após a adoção da agricultura em larga escala, esta fosse uma etapa superada pela evolução da humanidade.

Este reconhecimento somente ocorreu quando se percebeu que a atividade extrativista, da forma como era praticada por estes grupos sociais, causava pouco impacto ambiental, e mais: que estas comunidades estavam desempenhando papel importante na conservação dos recursos.

Estudos demonstraram que tais populações desenvolveram um conjunto de práticas, técnicas e conhecimentos que permitiam que elas continuassem vivendo em uma mesma área durante várias gerações, sem causar grande impacto.

FIQUE POR DENTRO

Cerca de 500 mil pessoas migraram para a Amazônia, entre o final do século XIX e início do século XX.



OS SERINGUEIROS E A RESERVA EXTRATIVISTA

Os seringueiros foram os protagonistas desta mudança e o cenário foi o estado do Acre, na Amazônia Ocidental, nos primeiros anos da década de 1970.

Embora a borracha tenha gerado muita riqueza durante várias décadas, os seringueiros pouco se beneficiaram dela. Isso porque as relações sociais que predominavam nos seringais - áreas nas quais se dava a exploração da borracha - eram marcadas pela injustiça e pela semi-escravidão por dívidas contraídas junto ao dono das terras.

UMA DAS ETAPAS da preparação do látex por um seringueiro



Esta situação perdurou por cerca de cem anos até que o governo militar, no final da década de 1960, decidiu mudar a política para a Amazônia, passando a oferecer incentivos fiscais para a produção agropecuária. No caso do Acre, os seringais foram vendidos para fazendeiros do centro-sul do Brasil. Quando os fazendeiros foram derrubar a floresta para implantar pastagens, encontraram resistência e oposição dos seringueiros, que viviam nessas terras há muitas gerações e, por isso, tinham direito de posse.

Liderados por Chico Mendes, um seringueiro de Xapuri (cidade localizada próxima à fronteira do Acre com a Bolívia), os extrativistas se organizaram em um movimento voltado para a defesa dos territórios por eles ocupados e propuseram ao governo o reconhecimento dos direitos de posse por meio da transformação das áreas nas quais viviam em Reservas Extrativistas. A propriedade das terras passaria a ser da União, que cederia às populações tradicionais o direito de usá-las, de forma sustentável.

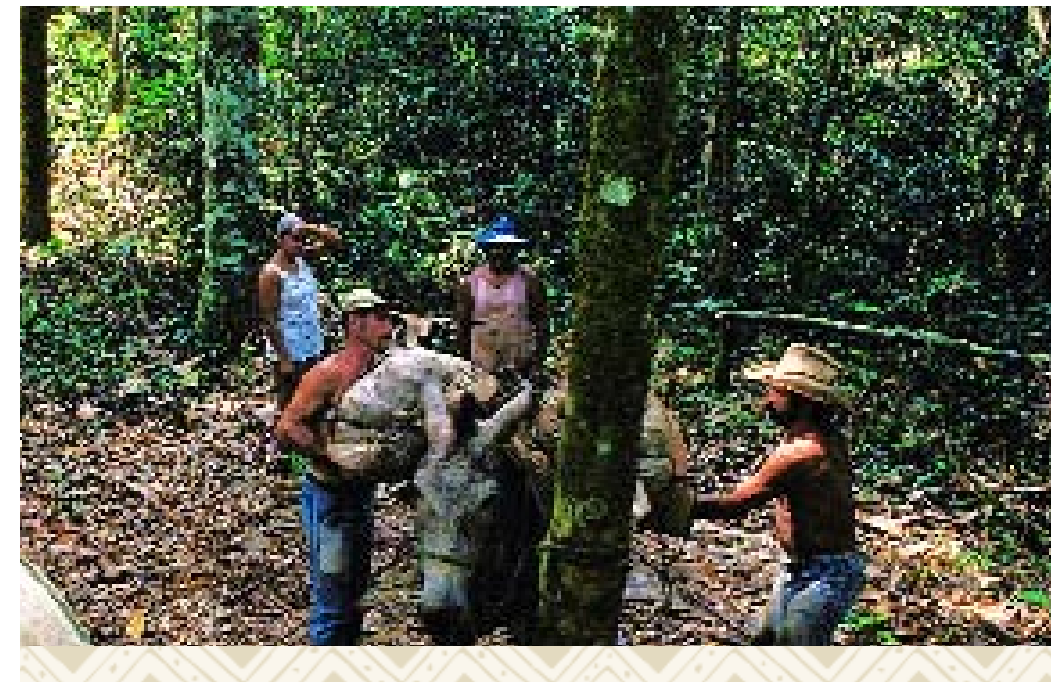
Chico Mendes foi assassinado em dezembro de 1988 e sua morte teve grande repercussão, inclusive internacional. Em 1990, as Reservas Extrativistas foram oficialmente criadas.

Os seringueiros, que eram trabalhadores pobres e sem poder político, conseguiram mudar o rumo da história porque contaram com apoios estratégicos fundamentais de setores externos à Amazônia: pesquisadores, jornalistas, antropólogos e até cineastas, os quais perceberam a importância para o planeta da proteção das florestas por populações humanas. Além de assegurar a biodiversidade, as Reservas Extrativistas também estavam garantindo meios de vida para as comunidades.

Atualmente, existem 22 Reservas Extrativistas (Resex) na Amazônia em mais de 5 milhões de hectares, beneficiando mais de 40 mil famílias. Os extrativistas são seringueiros, castanheiros, mulheres quebradeiras de coco-babaçu, pescadores artesanais, manejadores florestais, dentre outros. As populações extrativistas são representadas pelo Conselho Nacional dos Seringueiros que atua em parceria com a Ciab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia) e com outras organizações não governamentais como o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), uma rede que reúne mais de 300 organizações.

COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS

Os quilombos eram comunidades formadas por grupos de escravos fugidos das fazendas. Vivendo em lugares distantes e pouco acessíveis, as comunidades remanescentes destes quilombos conseguiram sobreviver até os dias de hoje. Não há informações precisas sobre o número destes grupos, mas as estimativas são de mais de mil comunidades localizadas em pelo menos 22 estados. Destas comunidades, 375 estão na Amazônia.



FIQUE POR DENTRO

A região do atual estado do Acre foi uma das últimas áreas a exercer a extração da borracha, no fim do século XIX, mas foi a que mais tempo se dedicou a esta atividade - até a década de 1970. Isso ocorreu graças à alta produtividade das seringueiras da região, ao isolamento e à ausência de outras frentes de ocupação.



COLETA da castanha por comunidades tradicionais da Amazônia.

No estado do Pará, estima-se que existam 250 comunidades, concentradas, sobretudo, na região do Baixo Amazonas, no Oeste do estado, onde há 41 grupos, distribuídos pelos municípios de Alenquer, Óbidos, Santarém e Oriximiná.

Os quilombos geralmente se encontram em áreas remotas, acima de cachoeiras e corredeiras dos afluentes do Amazonas, nos vales do Curuá e do Trombetas, longe das cidades. Vivendo na floresta e tendo de se adaptar a ela, essas comunidades desenvolveram uma economia de subsistência baseada no extrativismo.

QUILOMBO de Serrinha/AM, com o tipo de habitação característica.



PARA SABER MAIS

Para saber mais sobre as Resex, mergulhe no Capítulo 9, "Áreas Legalmente Protegidas", neste Caderno. Sobre produtos extrativistas e manejadores florestais, mergulhe nos Capítulos 8, "Desenvolvimento Sustentável" e 10, "Economia", neste caderno.

Na Amazônia, a relação dos quilombolas com o meio ambiente foi fundamental, não apenas para a fuga, mas também para a sobrevivência destas comunidades. A distância e a imensidão da floresta lhes eram favoráveis, pois dificultavam sua localização. Por outro lado, os ex-escravos, até então acostumados a realizar atividades domésticas e agropastoris, necessitavam caçar, pescar e coletar frutos.

O reconhecimento público do direito destas comunidades à propriedade de suas terras ocorreu apenas em 1988, quando da promulgação da Constituição Federal e, portanto, exatamente cem anos após a abolição da escravidão no Brasil.

Atualmente, o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos tem sido disciplinado por meio de legislação específica, respeitando aspectos históricos e culturais.

A BIODIVERSIDADE E O CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

Os usos que as populações tradicionais fazem das plantas, óleos, sementes e resinas, via de regra, não são comerciais. Contudo, seu saber tradicional, o conhecimento que associa uma planta a um uso específico, acaba sendo utilizado pelas indústrias, que buscam extratos vegetais com características e princípios ativos que possam ser utilizados em produtos medicinais, cosméticos e outros, agregando-lhes valor comercial.

PARA FICAR POR DENTRO > É importante notar que os títulos de reconhecimento de domínio das áreas remanescentes de quilombos, à semelhança do que ocorre com relação às Reservas Extrativistas, conferem direitos à comunidade e não a indivíduos. Por isso, a terra não é dividida em lotes e as comunidades ficam comprometidas a conservar o ambiente.

A Convenção sobre a Biodiversidade Biológica (CDB), assinada durante a Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro em 1992, criou regras para que as populações que detêm esse tipo de conhecimento sejam beneficiadas. As regras prevêem que as comunidades (indígenas ou tradicionais) têm o direito de decidir sobre o uso dos conhecimentos que detêm sobre o ambiente. Assim, empresas interessadas em pesquisar plantas para o desenvolvimento de produtos comerciais precisam da autorização das comunidades de onde as plantas serão extraídas.

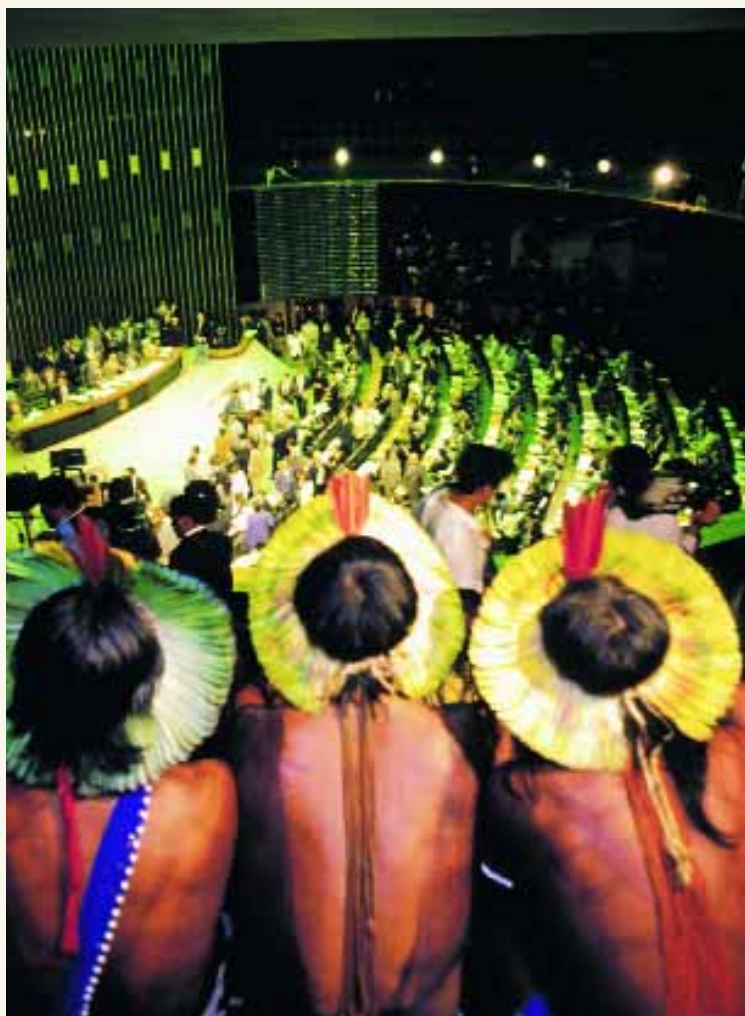
As comunidades devem ser informadas sobre os objetivos da pesquisa, os impactos sociais, culturais e ambientais decorrentes do processo produtivo e também sobre os direitos e responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Os benefícios daí gerados devem ser explicitados e a comunidade tem o direito de recusar o acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético. O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, é quem gerencia essas disputas em âmbito federal.

PARA SABER MAIS

Para saber mais sobre o uso comercial dos produtos extrativistas, mergulhe no Capítulo 8, "Desenvolvimento Sustentável", neste caderno.



DESAFIOS PARA O FUTURO SUSTENTÁVEL



REGISTRO da participação indígena na Assembléia Constituinte de 1988.

POVOS INDÍGENAS

Os avanços conquistados pelos povos indígenas na Amazônia nos últimos 20 anos são inegáveis. Porém, há deficiências de ordem legal, que se arrastam e que devem ser vencidas para dar continuidade à garantia e ao aprofundamento dos direitos desse contingente.

Um exemplo é a tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 2.057/91, que dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas, instrumento que permitirá revisar o Estatuto do Índio, de 1973, e adequar a legislação ordinária aos ditames da Constituição Federal e à complexidade das situações vivenciadas atualmente pelos povos indígenas.

Uma das principais preocupações para os povos e organizações indígenas, além da necessidade de continuidade do processo de regularização de suas terras e da garantia de sua integridade, é como utilizar seus territórios de forma a gerar melhores condições de vida nas aldeias. Essas organizações têm defendido a construção de novas instâncias de planejamento e execução que viabilizem políticas públicas que contribuam para a sustentabilidade das terras indígenas e para o fortalecimento de suas formas de organização social e política.

No plano institucional, as organizações indígenas têm demandado a criação de uma instância de articu-

lação que, juntando representantes de governo, das organizações e da sociedade civil, possam delinear as prioridades e as formas de implementação das políticas que digam respeito aos povos indígenas, providência que deve caminhar junto com uma urgente reestruturação da Funai e uma maior dotação orçamentária para o órgão.

No âmbito educacional, nos últimos anos têm surgido demandas para a estruturação do ensino médio em muitas aldeias, bem como tem crescido o número de indígenas que reivindicam a entrada no ensino superior, a reboque da criação dos dois primeiros cursos de mestrado especificamente destinados a indígenas: o Curso de Licenciatura Plena para Formação de Professores Indígenas, da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), iniciado em julho de

2001, e o Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena, da Universidade Federal de Roraima, em julho de 2003.

Por fim, cabe a toda a sociedade construir alternativas concretas para uma plena aceitação das diferenças culturais, de maneira a gerar relações mais harmoniosas com estes povos.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

As funções sociais e ambientais que as comunidades tradicionais desempenham visando o desenvolvimento sustentável são, atualmente, amplamente reconhecidas. Não existe, no entanto, consenso em relação à viabilidade econômica das Reservas Extrativistas.

Para alguns, o extrativismo será inevitavelmente superado pela agricultura à medida que as espécies nativas forem sendo domesticadas e o mercado for exigindo ofertas regulares de produtos. Para outros, a sustentabilidade só é viável em pequena escala porque o mercado não remunera atividades que apresentam um custo de produção mais elevado em função da dispersão e da baixa produtividade que apresentam.

O que muitos analistas deixam de considerar é o papel que as áreas protegidas por comunidades tradicionais desempenham na manutenção de estoques de recursos naturais e na prestação de serviços ambientais ao país e ao planeta. O extrativismo sustentável, da forma como é feito tradicionalmente na Amazônia, significa produção de estoques de capital natural. Os seringueiros, castanheiros e pescadores artesanais são atores cuja razão de ser social são os recursos naturais. Eles mantêm os estoques de capital natural porque sua atividade econômica depende disso.

O papel das comunidades tradicionais não pode ser avaliado apenas do ponto de vista da relação custo-benefício. É necessário, portanto, que haja uma mudança na forma como a economia valoriza os recursos naturais: afinal, qual o valor de um ecossistema preservado que pode ser utilizado indefinidamente? Se considerarmos mais do que o enfoque econômico, simplesmente não há resposta monetária a esta pergunta. Deveriam ser incluídos na resposta os valores éticos e estéticos do ambiente.

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



CRIANÇAS indígenas das tribos Parakanã/PA e Waimiri Atroari/RR.

POVOS INDÍGENAS

Com a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, os povos indígenas conseguiram se liberar do estigma de representantes do atraso ao desenvolvimento. As ações indigenistas de hoje procuram instrumentalizar os povos para que busquem alternativas econômicas sustentáveis e sejam os gestores de suas atividades.

Nos últimos anos, tem havido um significativo aumento das organizações de professores indígenas em diferentes pontos da Amazônia e crescido significativamente a participação destes professores no cenário das políticas públicas. Em setembro de 2001, por exemplo, foi empossada a Comissão Nacional de Professores Indígenas, que, no âmbito do Ministério da Educação, substituiu o Comitê de Educação Escolar Indígena, enquanto instância de subsídio, acompanhamento e fiscalização da política nacional de educação indígena. Nessa mesma época, pela primeira vez, o Conselho Nacional de Educação passou a contar com a presença de uma indígena, Francisca Novantino Pareci, entre seus membros.

Desde 1995, dentre as políticas e ações realizadas pela Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, do MEC, contou-se com o apoio técnico e financeiro à realização de cursos de formação

de professores indígenas, realizados por organizações indígenas e da sociedade civil, universidades e órgãos dos governos estaduais e municipais; a edição e distribuição de materiais didáticos específicos produzidos pelos professores indígenas no âmbito de seus programas de formação; desembolsos financeiros para a construção e reforma de escolas; o apoio aos sistemas estaduais e municipais para qualificar suas equipes de técnicos e viabilizar a ampliação da oferta de serviços nas terras indígenas; dentre outras.

As iniciativas de parceria com instituições nacionais e internacionais, que buscam comercializar alguns dos saberes tradicionais dos povos indígenas, têm apresentado bons resultados tanto no nível de sustentabilidade econômica como no de resgate e preservação cultural.

Está em curso, no âmbito do PP-G7, o Projeto Corredores Ecológicos, que conta com financiamento do Banco Mundial (Bird) para promover a “conectividade” de terras indígenas e unidades de conservação, de uso indireto e direto, de jurisdição federal e estadual. Dentre os sete corredores delineados pelo Projeto, cinco estão na Amazônia. Foi priorizada, desde 2003, como etapa inicial, a implantação do Corredor Central da Amazônia, distribuído ao longo dos rios Negro e Solimões, que inclui 38 unidades de conservação e 44 terras indígenas.

Segue um resumo de alguns exemplos dentre as muitas parcerias que estão acontecendo:

> **APIWTXA (ASSOCIAÇÃO ASHANINKA DO RIO AMÔNIA) em parceria com ONGs, universidades, empresas e órgão públicos:** a Terra Indígena Ashaninka (ou Kampa) do rio Amônia fica no estado do Acre, na fronteira com o Peru. Em uma grande aldeia composta por 72 famílias, os Ashaninka combinam atividades econômicas com o uso controlado dos recursos naturais, de modo a preservar sua cultura e seu território. Alguns projetos desenvolvidos na aldeia: a castanha do murmuru é vendida na cidade de Cruzeiro do Sul para a Tawaya, uma empresa que trabalha com fabricação de gorduras vegetais de produtos extrativistas e com produção de sabonetes artesanais. Além das castanhas de murmuru, desde 1994 os Ashaninka produzem e comercializam sementes de mais de dez espécies nativas. A capacitação técnica para essa atividade, assim como a parte comercial, deu-se através de parceria com o Ipef (Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais), sediado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), em Piracicaba (SP). Em 1999, foi iniciada a extração de um cipó chamado na região de “espera-aí”, também conhecido como “unha-de-gato” (*Uncaria tomentosa*), utilizado na indústria de fitoterápicos e encomendado pela empresa Biosapiens, que mantém compradores na cidade de Cruzeiro do Sul.

> **PROGRAMA WAIMIRI-ATROARI:** esta ação indigenista teve início em 1988 e foi proposta pela Eletronorte, como forma de atenuar os impactos provocados pela interferência do reservatório

da Usina Hidrelétrica Balbina nas terras dos Waimiri Atroari, objetivando mitigar grande parte dos problemas provocados pela ação do Estado e de empresas privadas na vida destes povos. O Programa Waimiri Atroari foi elaborado por uma equipe multidisciplinar e interinstitucional de técnicos, representando a Funai, a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, o Instituto de Medicina Tropical de Manaus (IMTM), a Universidade do Amazonas e a Eletronorte, que, além de alocar técnicos, financiou todos os estudos e ações do Programa. Os objetivos do programa são: equilibrar as relações econômicas e culturais entre a comunidade indígena e a sociedade nacional; garantir o usufruto exclusivo da área demarcada aos índios Waimiri Atroari, melhorar as condições gerais de vida segundo as aspirações dos próprios Waimiri Atroari; ampliar a compreensão dos Waimiri Atroari acerca da realidade sociopolítica brasileira. Para viabilizar o Programa, foi instalado em Manaus um escritório de apoio, que conta, também, com instalações adequadas para abrigo dos Waimiri Atroari, quando estes vêm a Manaus em busca de solução para seus problemas ou mesmo para tratamento de saúde. A gerência do Programa está a cargo da Funai.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

A proteção aos territórios ocupados por comunidades tradicionais, na modalidade de Reserva Extrativista, contribuiu para a eliminação de conflitos fundiários e assegurou a estas populações uma expectativa positiva em relação ao futuro das novas gerações.

Do ponto de vista ambiental, estas reservas têm evitado a expansão dos desmatamentos sobre áreas de floresta nativa, contribuindo para a conservação da biodiversidade.

Do ponto de vista do desenvolvimento sustentável as comunidades tradicionais têm contribuído para a adoção de novas tecnologias e para a experimentação de modalidades inovadoras de gestão de recursos naturais.

No Ministério do Meio Ambiente foi criado o programa Comunidades Tradicionais. Esta iniciativa apóia financeira e tecnicamente projetos comunitários de desenvolvimento sustentável. Além disso, o Banco da Amazônia criou uma linha de crédito específica para extrativistas, denominada Prodex, e o Ministério de Desenvolvimento Agrário passou a reconhecer as Reservas Extrativistas como unidades de reforma agrária e a destinar recursos financeiros para as famílias que nelas residem.

Segue-se um exemplo dentre muitas parcerias que estão acontecendo:

PROJETO SAÚDE E ALEGRIA (PSA): atua desde 1987 junto a aproximadamente 140 comunidades ribeirinhas extrativistas dos rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns, localizadas nas áreas rurais dos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, no médio Amazonas paraense, onde tam-

bém estão incorporadas duas Unidades de Conservação – a Floresta Nacional do Tapajós (Flona) e a Reserva Extrativista Tapajós/Arapiuns (Resex) – perfazendo uma cobertura populacional de quase 29 mil habitantes.

O PSA Tem por objetivo apoiar processos participativos e integrados de Desenvolvimento Comunitário Global e Sustentado, geridos pela própria população, interativos e alternativos às políticas públicas e capazes de se multiplicar espontaneamente a partir das dinâmicas e realidades locais. O PSA conta com uma equipe interdisciplinar que visita regularmente as localidades, envolvendo todos os grupos e faixas etárias, em programas integrados com: Organização Comunitária, Saúde, Produção Agroflorestal e Meio Ambiente, Educação e Cultura, Gênero, Crianças e Adolescentes, Comunicação Popular e Pesquisa Participativa. O PSA trabalha de forma articulada com diversas outras instituições que atuam na região e, ao longo dos anos, estabeleceu parcerias financeiras com diversas instituições governamentais e ONGs nacionais e internacionais.

TRABALHANDO COM O TEMA



As atividades sugeridas a seguir estão relacionadas à proposta metodológica de educação ambiental apresentada no caderno 1 do kit. A leitura desse caderno aju-

dará no desenvolvimento de um projeto de educação ambiental que procura considerar, trabalhar e avaliar as particularidades de cada contexto. Questionando o porquê e para que implementar uma proposta dessa natureza.

É importante lembrar que as atividades que se seguem são apenas algumas sugestões possíveis de estruturar o modo como trabalhar no cotidiano da sala de aula com esses temas, aliados a uma prática educacional que valoriza a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a expressão dos conteúdos através de diferentes linguagens artísticas.

Esperamos que essas sugestões de atividades se somem ao trabalho já desenvolvido por cada instituição e educador... que sirva como inspiração para que cada um crie e recrie da sua forma.

Organizamos as sugestões de duas formas diferentes. A primeira segue passo a passo um processo de trabalho com uma proposta determinada, na qual as etapas são cuidadosamente descritas exemplificando um desencadeamento de idéias. A segunda sugestão indica outras possibilidades de trabalho com o tema que podem complementar a proposta principal, substituí-la ou somente provocar novas idéias nos professores.

SUGESTÃO PASSO A PASSO

> ANTES DE ASSISTIR AO PROGRAMA | SENSIBILIZAÇÃO PARA O TEMA

IMPORTANTE > O número de aulas ou encontros necessários para o desenvolvimento das etapas propostas no passo a passo, dependerá das diferentes realidades e interações com os alunos.

PRIMEIRA ETAPA

> Conte para o grupo uma história envolvendo indígenas que explique o surgimento de algum elemento da natureza ou saber tradicional. Pode ser a que está relatada abaixo ou alguma do seu conhecimento.

A INVENÇÃO DO TECIDO

Houve um tempo em que a nossa gente não conhecia a arte de tecer. Então, Basnê Puru, a rainha da seda, resolveu tomar forma humana, viver entre nossos antepassados e ensinar a fabricação dos tecidos de que tanto necessitavam.

Basnê foi recebida com muita atenção pelas mulheres. Cada uma vinha trazer seu algodão para a aranha tecer redes.

Um dia, uma de nossas mulheres trouxe quatro paneiros cheios de algodão e pediu à aranha que fizesse uma saia e uma rede.

Nem três dias tinham passado e a mulher voltou à casa da aranha para buscar sua encomenda. Mas ficou muito decepcionada: não só a rede e a saia não estavam ainda prontas, como viu seu algodão todo destruído.

Ela ficou tão chateada com aranha que saiu sem nem mesmo ouvir uma explicação. Depois, a mulher se queixou com todas as pessoas da aldeia, reclamando da sua falsa amiga, que estragou o seu algodão. Ela não sabia, no entanto, que a aranha tecia assim: jogando fora parte do algodão e aproveitando outra.

Infelizmente o que tinha de acontecer aconteceu: uma outra fofoqueira da aldeia, que não tinha nada para fazer a não ser contar histórias, foi dizer a Basne Puru as coisas que a mulher andava dizendo dela.

A aranha ficou bastante triste e resolveu apressar seu trabalho. No dia seguinte, mandou chamar a mulher.

– Mulher, tome aqui sua rede e sua saia e ainda um pouco de algodão e linha que sobraram. Leve tudo isso e desapareça. Contaram-me que você andou falando mal do meu trabalho por aí.

Em seguida, a aranha mandou chamar outra mulher, a que tinha feito fofoca para ela e disse:

– Estou cansada de viver entre vocês e suas fofocas. Vou embora. Mas antes vou ensinar você a fiar e a tecer, pois não vou mais trabalhar para sua gente. Serão vocês mesmos que, de agora em diante, farão suas redes e tecidos.

E quando a mulher aprendeu tudo de que necessitava, a aranha voltou à verdadeira forma.

Foi desde aí que nossas mulheres aprenderam a fiar e tecer as nossas redes, suas saias e outros tecidos.

(Estórias de Hoje e de Antigamente, 1984)

> Conversem sobre a história. Possibilidades de perguntas: Quem já a conhecia? Alguém sabe de outra história que explique também o surgimento do tecido (ou do que a sua história contou)? Quem conhece outras histórias que explique o surgimento de outras coisas? Só os índios têm histórias para explicar o mundo?

> Lembre, junto com a turma, que todos os povos têm histórias que explicam o surgimento do mundo, do homem, da natureza. Procure lembrar de algumas. Ex: histórias da Bíblia, africanas, orientais...

SEGUNDA ETAPA

> Assista o programa com a turma.

TERCEIRA ETAPA

> Reflexões sobre as imagens e conteúdos do programa.

LEITURA DE IMAGEM

Este programa apresenta a história, a cultura e as lutas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais pelo reconhecimento de sua soberania e importância para a manutenção da biodiversidade da região amazônica.

Uma forma de fazer a “leitura de imagem” é perguntar aos alunos quais são as pessoas que aparecem no programa e quais informações elas passaram. Registre cada uma no quadro e depois peça para que os alunos vão lembrando das informações a elas associadas. Caso eles não lembrem de nenhuma, o professor pode ajudá-los. Com isso, todos os conteúdos do vídeo serão trabalhados, de modo coletivo.



QUARTA ETAPA

- > Converse sobre as inter-relações entre os povos nativos e os que migraram para a região. As influências e os aprendizados, como por exemplo as heranças indígenas que estão presentes na nossa cultura: no vocabulário, como 'pará', que significa 'mar' na língua dos Tupinambás; o costume de tomar banho todo dia, dormir na rede e comer macaxeira, milho, peixe moqueado... Pesquise outros exemplos que façam parte do cotidiano da região.
- > Procure saber se alguém do grupo pertence a alguma comunidade indígena ou tradicional. Caso positivo, peça para que fale um pouco da sua comunidade.
- > Procure lembrar se na região em que estão existe alguma comunidade que mantenha viva suas tradições.

QUINTA ETAPA

- > Divida a turma em dois grupos: Povos indígenas e Comunidades Tradicionais. Procure sempre utilizar alguma dinâmica para formar os grupos.
- > Proponha a realização de uma gincana. Cada grupo terá um dia diferente para apresentar as suas tarefas. Proponha à escola que esses dias sejam especiais, e que envolvam a escola toda.
- > Regras da gincana: cada grupo tem que conseguir cumprir todas as tarefas recebidas no prazo estabelecido.

Sugestões de dez tarefas a serem cumpridas:

- 1 > Um representante mais velho da comunidade deve contar uma história;

- 2 > Todo o grupo realiza uma brincadeira infantil;
- 3 > Recolher cinco objetos do artesanato feito pela comunidade;
- 4 > Um professor da comunidade fala um pouco da sua formação e da escola onde leciona;
- 5 > O grupo tem de aprender e mostrar para a escola uma dança e/ou uma música tradicional da comunidade;
- 6 > Conseguir desenhos de cinco crianças;
- 7 > Um homem e uma mulher falam do seu dia-a-dia;
- 8 > O representante de alguma instituição governamental ou não, que desenvolva um trabalho com a comunidade é convidado;
- 9 > Ou um participante de uma organização oficial, caso a comunidade tenha algum;
- 10 > Ou um agente florestal, caso a comunidade tenha algum.

DICA > Caso não existam comunidades indígenas e/ou tradicionais na região da sua escola, a gincana pode ser substituída por pesquisas em órgãos governamentais responsáveis por divulgar e proteger essas culturas.

SEXTA ETAPA

- > Prepare a turma e os outros professores para os dias da gincana. Conversem sobre como será o evento. A ordem de apresentação de cada tarefa, o cuidado e respeito com as pessoas das comunidades, perguntas a serem feitas a estas pessoas e tudo o mais que julgarem precisar organizar com antecedência.

SÉTIMA ETAPA

- > As apresentações dos dias da gincana.

OITAVA ETAPA

- > Avalie com a turma o evento. Converse sobre as diferenças de cada cultura, os saberes tradicionais, a relação dessas comunidades com a nossa cultura. As políticas de proteção a essas comunidades.
- > Peça para que cada aluno faça uma redação. Possibilidade de tema: Você acha que os povos indígenas e as comunidades tradicionais devem ter suas terras e a sua cultura protegidas? Por quê?

Outras sugestões:

- > Pesquisar com o grupo histórias ou lendas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e organizá-las em livrinhos.
- > Confeccionar, com miolo de pão ou outro material regional, personagens do folclore regional.
- > Pesquisar os motivos que levaram quase à extinção dos povos indígenas brasileiros e o que está sendo feito para reverter este quadro. Criar uma peça de teatro que expresse os resultados da pesquisa.
- > Elaborar um livro de receitas típicas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. As famílias podem participar desta atividade e o livro ser ilustrado pela turma.

IMPORTANTE > As atividades práticas/teóricas e a proposta pedagógica sugeridas nesse capítulo mesclam conteúdos de diferentes disciplinas. Elas podem fazer parte de um projeto integrado, quando cada educador desenvolve suas especificidades ou ser desenvolvidas por um único educador.

É importante elaborar um projeto de trabalho que estabeleça metas e objetivos, criando um encadeamento das atividades, passo a passo, mesmo que durante o trabalho ele seja alterado. A intenção e o aprofundamento do trabalho dependerá das prioridades e necessidades do grupo. **Esteja aberto para as propostas e demandas dos alunos, todo planejamento pode e deve ser revisto e avaliado.**



BIBLIOGRAFIA

POVOS INDÍGENAS

CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha (org). *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura / Fapesp, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da e ALMEIDA, Mauro Barbosa de (org.). *Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Povos indígenas no Brasil, 1991/1995*, edição de Carlos Alberto Ricardo, São Paulo: ISA, 1996.

_____. *Povos indígenas no Brasil, 1996/2002*. edição de Carlos Alberto Ricardo, São Paulo: ISA, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 5ª ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.

SILVA, Aracy Lopes da e GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org). *A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*, Brasília: Ministério da Educação / Mari / Unesco, 1995.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza e HOFFMAN, Maria Barroso (org.). *Estado e Povos Indígenas. Bases para uma nova política indigenista*. (3 v), Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

ALLEGRETTI, Mary Helena. "Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia", in *O destino da floresta: reservas extrativistas e o desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. Conciliar proteção e atividade econômica, in *UnB Revista*, Ano I, n.2, Brasília, abr/maio/jun 2001.

BENATTI, José Helder. "Formas de acesso à terra e a preservação da Floresta Amazônica: uma análise jurídica da regularização fundiária das terras dos quilombolas e seringueiros", in CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro [et al.]. *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*, São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Produção da extração vegetal e da silvicultura*. Rio de Janeiro, v.17, 2002.

CUNHA, Manoela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W.B. "Populações tradicionais e conservação ambiental", in CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro [et al.]. *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*, São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

SANTILLI, Juliana. "Biodiversidade e conhecimentos tradicionais", in CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro [et al.]. *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*, São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

SITES

www.kilombo.org.br: Projeto Quilombolas

www.socioambiental.org.br: Instituto Socioambiental

www.amazonia.org.br

www.memorialchicomendes.org.br

www.coiab.org.br

www.cns.org.br

www.gta.org.br

www.mma.gov.br

www.ibama.gov.br